



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/06/2016 - Sinttel-ES

Beneficiários da Sistel vão dividir em dezembro R\$ 450 milhões

Sistel, fundo de pensão dos trabalhadores do setor de telefonia, vai distribuir em dezembro cerca de R\$ 900 milhões do lucro obtido nos últimos anos. Meta-de será destinada aos 24 mil aposentados e pensionistas, sendo boa parte deles residentes no Rio. O restante será destinado aos patrocinadores dos planos, que são as empresas Oi (que incorporou a Brasil Telecom no ano passado), Telefônica, Telebrás, Vivo e TIM.

Segundo o presidente da entidade, Wilson Delfino, a partir de outubro os aposentados vão começar a receber as cartas, informando quanto cada um terá a receber. Serão beneficiados os participantes do plano de benefício PBSA, formado por trabalhadores que se aposentaram em 2000.

Com patrimônio de R\$ 6,2 bilhões, esse é o maior plano de benefícios administrado pela entidade. Ao todo, o patrimônio da Sistel – o sétimo no ranking dos fundos de pensão em tamanho de ativos – é de R\$ 10,7 bilhões.

Como fundo de pensão não visa ao lucro, a legislação prevê a distribuição do superávit a cada três anos, entre trabalhadores e patrocinadores dos planos, respeitando-se a reserva de contingência. As sobras podem ser usadas para reduzir valores de contribuição, por intermédio de pagamento em dinheiro vivo aos participantes ou contabilmente, incluídos nos

balanços das empresas.

Do valor a ser destinado aos trabalhadores, o Sistel decidiu que R\$ 200 milhões serão utilizados na eliminação da contribuição (10% do benefício). Os R\$ 250 milhões restantes serão pagos em parcelas mensais de cinco anos. Segundo Delfino, a entidade está aguardando apenas autorização do órgão regulador, a Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

Ele destacou que os ganhos são resultados da gestão estratégica de ativos, que casa o perfil das aplicações com as necessidades de caixa da entidade. Como se trata de um fundo maduro (todos estão aposentados), 74% dos ativos estão aplicados em renda fixa (títulos públicos).

Além disso, mencionou que o Sistel trabalha com um índice de mortalidade conservadora, de 87, anos e adota uma taxa de juros de 5% ao ano. Quanto mais baixo o percentual, maior o esforço que o fundo de pensão tem a fazer para honrar os compromissos, pois ativos e passivos são corrigidos pelo mesmo índice.

– Já fizemos duas destinações. Mas esta é a maior. O valor é bastante significativo, se for comparado ao nosso patrimônio – disse ele.

por Geralda Doca – 23/08/2010 0:00 –
Atualizado 04/11/2011 15:37 – O Globo

03/06/2016 - Telesíntese

TCU já pode analisar TAC da Oi

Agora, todo o processo vai para o TCU que, depois de julgá-lo volta a remetê-lo para a Anatel para ser assinado. Mas as multas que estão a ele vinculadas já estão suspensas. A pressa agora é da sociedade para que os investimentos - que serão feitos em prazo de quatro anos - comecem logo e os resultados na melhoria do serviço possam ser percebidos.

A Anatel concluiu finalmente hoje, 3, o primeiro

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a publicação no Diário Oficial do acórdão que aprovou por quatro votos um investimento de R\$ 3,2 bilhões da Oi em troca de multas de qualidade e de universalização. Processo que demorou três anos e cinco meses para ser aprovado, porque envolvia o sensível tema da troca de multas bilionárias pela correção das condutas por investimentos e ampliação de compromissos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Com a forte objeção da Procuradoria da Anatel à primeira proposta que foi feita pela Oi – e acatada pela área técnica- que previa a alocação dos recursos para a redução tarifária do plano básico da telefonia fixa, esse primeiro TAC acabou sendo analisado pelo Tribunal de Contas da União, que chegou a suspendê-lo no início de dezembro do ano passado.

Mas a agência resolveu retomar as rédias do processo, e, através do voto do conselheiro Rodrigo Zerbone, modificou completamente o acordo, abandonando a tese da redução tarifária (prevista em próprio regulamento Anatel como a opção que teria o maior estímulo) e adotando a opção de ampliação investimentos na modernização da rede de telecomunicações.

Zerbone conseguiu formular um consistente voto e amarrar um acordo que previa a aprovação posterior do Tribunal de Contas da União ao TAC, ressuscitando o TAC, sinal mais importante para o mercado e para a própria empresa.

Mas o acordo não foi aprovado no ano passado, como se imaginava, pois o conselheiro Aníbal Diniz acabou pedindo vistas. Ao apresentar o seu voto este ano, Diniz mostrou-se preocupado com um processo que acabou entrando como "clandestino" no TAC e que se refere a uma questão ainda controversa.

Trata-se de um dos condicionamentos não resolvidos resultantes da fusão com a Brasil Telecom. Para a Anatel aprovar a fusão, a Oi se comprometia à época a resolver todas as pendências administrativas que existiam. Compromisso que não parecia crível de ser cumprido nem naquela época nem nunca. Para "pagar" esse compromisso, em 2009 a Oi sugeriu investir R\$ 101 milhões em projetos de melhorias. E este processo foi incluído neste TAC.

O conselheiro Igor de Freitas, ao reapresentar a proposta final, fez algumas correções à primeira versão de Zerbone e modificou principalmente a parte referente a essa parcela do dinheiro. Esses recursos serão corrigidos a partir de 2009 até 2016 não pela taxa Selic, como queria Zerbone, mas pelo IGP-DI, como propôs Freitas. E os investimentos fruto desse processo serão tratados em separado, fora das regras gerais do TAC.

Agora, todo o processo vai para o TCU que, depois de julgá-lo volta a remetê-lo para a Anatel para ser assinado. Mas as multas que estão a ele vinculadas já estão suspensas. A pressa agora é da sociedade para que os investimentos – que serão feitos em prazo de quatro anos – comecem logo e os resultados na melhoria do serviço possam ser percebidos.

03/06/2016 - Telesíntese

Ações da Oi disparam nesta quinta

O volume financeiro das ações chegou a R\$ 28,4 milhões, contra média de R\$ 2,1 milhões dos últimos pregões e papéis sobem mais de 26%

As ações da Oi fecharam hoje, 2, com forte alta, devido à expectativa em relação à negociação do acordo da dívida e, também, ao otimismo do mercado com a aprovação do PL 3453 pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, ontem, que acaba com as amarras da concessão de telefonia fixa.

O projeto, apresentado pelo deputado do PMDB, Daniel Vilela, é bem parecido à proposta aprovada pela Anatel e submetida à consulta pública no ano passado, que reduz as áreas de concessões de telefonia fixa em grandes áreas de autorizações e também

autoriza que os bens das concessões sejam revertidos em novos investimentos em banda larga, conforme a proposta do Ministério da Fazenda, em condições bem vantajosas para as empresas.

As ações da operadora tiveram com alta de 26,26%, máxima de R\$ 1,25 e um volume financeiro de R\$ 28,4 milhões contra a média de R\$ 2,1 milhões dos últimos 20 pregões. A Oi está também negociando sua dívida neste momento com os credores estrangeiros, em Nova York.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/06/2016 - Telesíntese

Banda Larga fixa mantém crescimento em Abril

Base brasileira de acessos fixos por banda larga à internet somou 25,88 milhões em abril, crescimento de 0,33% sobre março.

A banda larga fixa no Brasil manteve a tendência de expansão em abril. O mês terminou com 25,88 milhões de assinantes do serviço no país, 84,78 mil a mais que em março, equivalente a crescimento de 0,33%. Comparando-se o número a abril de 2015, tem-se um crescimento de 4,83% no período na base de acessos de banda larga fixa. Os dados foram divulgados hoje, 02, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A prestadora de serviço de comunicação multi-mídia, ou seja, de acesso à internet, que mais atraiu clientes no período foi a Telecom Américas (nome do grupo que reúne Claro, Net e Embratel). Foram adicionados, em um ano, 439.852 acessos a sua base. Em termos relativos, foi uma evolução de 5,65% em 12 meses. A empresa também terminou o mês como maior operadora, com 8,22 milhões de acessos.

Os provedores regionais formam o que seria a quarta maior operadora de banda larga fixa do país

e foram os que mais atraíram clientes depois de Net. Encerram abril com 2,42 milhões de acessos, 323.423 a mais que um ano antes, ou 15,37% de crescimento.

A Telefônica obteve 234 mil assinantes em um ano, expansão de 3,26%. Terminou o mês com 7,4 milhões de acessos.

A Oi, terceira maior operadora de banda larga fixa, apresentou o pior desempenho de todas as empresas do setor. Foi a única entre as empresas a registrar retração da base em 12 meses: perdeu 94 mil acessos, encolhendo 1,46%.

Quem mais cresceu em termos relativos foram empresas que apostam em novas tecnologias. A Sky, com sua internet por LTE, ampliou sua base de assinantes em 71,4% em um ano. Ganhou 121,3 mil clientes e fechou abril com 291,18 mil acessos. A Telecom Italia (TIM), com seu serviço FTTC e FTTH, cresceu 60,95% em um ano, ganhando 108.161 acessos. Encerrou abril com 285.619 clientes.

Grupo	Abril de 2015	Março de 2016	Abril de 2016	Variação absoluta mensal	Variação mensal em %	Variação anual em %	Variação anual absoluta
ALGAR (CTBC TELECOM)	427.623	467.474	470.412	2.938	0,63	10,01	42.789
BLUE	120.760	118.462	117.617	-845	-0,71	-2,60	-3.143
BT	33.029	33.405	33.371	-34	-0,10	1,04	342
CABO	81.688	88.964	89.517	553	0,62	9,58	7.829
OI	6.459.504	6.362.893	6.365.491	2.598	0,04	-1,46	-94.013
Outras (Provedores regionais)	2.104.193	2.416.816	2.427.616	10.800	0,45	15,37	323.423
PREFEITURA DE LONDRINA/COPEL	149.496	159.094	160.534	1.440	0,91	7,38	11.038
SKY/AT&T	169.879	282.986	291.187	8.201	2,90	71,41	121.308
TELECOM AMERICAS	7.784.957	8.198.292	8.224.809	26.517	0,32	5,65	439.852
TELECOM ITALIA	177.458	276.277	285.619	9.342	3,38	60,95	108.161
TELEFÔNICA	7.185.006	7.395.784	7.419.060	23.276	0,31	3,26	234.054
TOTAL	24.693.593	25.800.447	25.885.233	84.786	0,33	4,83	1.191.640

Fonte: Anatel



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/06/2016 - RBA

Petroleiros condenam plano de Parente para entregar pré-sal aos estrangeiros

FUP afirma que proposta de alinhamento de preços com mercado externo e fim da exploração exclusiva da Petrobras no pré-sal representa riscos ao desenvolvimento nacional

O diretor de relações internacionais da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antonio de Moraes, disse hoje (3) à Rádio Brasil Atual que a categoria está "atônita" com as declarações do novo presidente da Petrobras, Pedro Parente, empossado ontem.

Sobre a proposta de atrelamento dos preços dos combustíveis brasileiros ao mercado internacional, Moraes afirma que é um risco deixar a formação de valores para os agentes de mercado. "Deixá-los ao sabor do mercado significa que a sociedade ficara à mercê do que acontece fora do Brasil, e não do que acontece aqui", diz. Dado o cenário de imprevisibilidade externa, os preços podem vir a subir "exacerbadamente", segundo ele, causando danos ao conjunto da sociedade.

O diretor da FUP diz causar "muita estranheza" o apoio declarado de Parente à revisão do modelo de partilha, retirando

a exclusividade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal. "Qualquer empresa de petróleo do mundo teria o desejo de ser operadora exclusiva do pré-sal brasileiro. No entanto, esse novo presidente assume dizendo que apoiará essa mudança", afirma Moraes, acrescentando que é interesse dos petroleiros e do povo brasileiro manter a Petrobras como operadora exclusiva do pré-sal.

Moraes afirma que essa medida também representa riscos, pois as empresas estrangeiras, interessadas em lucro "fácil e rápido", não apresentam qualquer compromisso com um projeto de desenvolvimento nacional. Ele ressalta a política de conteúdo nacional da Petrobras, que privilegia a aquisição de equipamentos, como navios e plataformas produzidas no Brasil, modelo ignorado pelas multinacionais.

02/06/2016 - Rede Brasil Atual

Sob pressão, governo Temer recua em cortes no Minha Casa, Minha Vida

Anúncio foi feito ontem (1º) depois de manifestantes ocuparem o gabinete da Presidência em São Paulo contra cortes no programa habitacional

O recuo do Ministério das Cidades no corte do programa Minha Casa, Minha Vida anunciado no último dia 17 levou manifestantes a levantarem o acampamento iniciado ontem (1º), por volta das 15h, no prédio da Presidência da República, na Avenida Paulista, em São Paulo, sob liderança da Frente Povo Sem Medo. O ministro Bruno Araújo havia revogado uma portaria de contratação, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, de 11.250 unidades habitacionais. A notícia chegou às 20h30 e em seguida o protesto foi encerrado.

"O povo que ocupou o escritório da Presidência mostrou que a organização pode fazer o governo recuar", disse o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Guilherme Boulos, ao final do acampamento.

O governo interino anunciou que deve publicar, nos próximos

dias, uma nova portaria de contratação de 13.900 novas unidades habitacionais. A revogação da portaria assinada por Dilma afetaria a modalidade Entidades do programa, administrada por entidades da sociedade civil de forma associativa.

"A seleção de novas unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, modalidade Entidades, já estão em processo de contratação (...). O programa pode custear até 90% do valor do imóvel e o restante é dividido em até dez anos, com parcela mínima de R\$ 80 e máxima de R\$ 270", afirma o ministério em nota. Os empreendimentos são direcionados para a Faixa 1, que compreende famílias com renda de até R\$ 1.800.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/06/governo-interino-recua-em-corte-no-minha-casa-minha-vida-1419.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/06/2016 - Telesíntese

O colapso de credibilidade de Michel Temer

Desde o começo, ficou evidente que o processo de impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff, tinha como objetivo principal o fortalecimento dos verdadeiros ladrões de Brasília, permitindo assim que impeçam, obstruam e ponham fim às investigações da Operação Lava Jato (além de imporem uma agenda neoliberal de privatizações e austeridade extrema). Apenas 20 dias após assumir o poder, provas irrefutáveis do envolvimento do Presidente interino Michel Temer em escândalos de corrupção vieram à tona. Dois ministros interinos de seu gabinete composto apenas de homens brancos, incluindo o Ministro da Transparência, foram forçados a abandonar seus cargos depois do aparecimento de gravações secretas em que conspiram visando obstruir as investigações nas quais se encontram envolvidos, assim como 1/3 dos ministros do gabinete interino.

Mas os alarmantes níveis de corrupção de seus ministros têm por vezes servido para encobrir o envolvimento do próprio Temer. O interino também se encontra envolvido em diversas investigações de corrupção. Agora condenado formalmente por violações de leis eleitorais, encontra-se por oito anos impedido de se candidatar a qualquer cargo público. Ontem, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, estado do presidente interino, publicou uma certidão formal que o declara culpado e impedido de se candidatar a qualquer cargo público por ter se tornado um candidato "ficha suja". Temer foi condenado por doações acima do limite de campanha permitido por lei.

Em meio a intrigas, corrupção e irregularidades no governo "interino", as violações da lei não são a mais grave transgressão de Temer. Mas ainda assim revelam de forma evidente a fraude antidemocrática que a elite brasileira tenta perpetrar no país. Em nome da corrupção, a presidenta eleita democraticamente foi afastada e substituída por alguém que, apesar de não estar impedido por lei de assumir cargos públicos, encontra-se por oito anos impedido de se candidatar ao cargo que exerce no momento.

Apenas algumas semanas atrás, o impeachment de Dilma parecia inevitável. Até então, toda a atenção da mídia oligárquica brasileira era dirigida exclusivamente à

presidenta. Mas gradualmente as atenções se voltaram para quem estava organizando o processo de impeachment, para quem se fortaleceria e para seus motivos reais.

Então, tudo mudou. Agora, o impeachment de Dilma, embora ainda seja provável, não parece mais ser completamente inevitável. O Globo, informou na semana passada que dois senadores anteriormente favoráveis ao afastamento da presidenta, já admitem rever seus votos por conta das gravações recentemente publicadas dos ministros de Temer. Além disso, a Folha de S.P. ontem também noticiou que diversos senadores estudam a mudança de seus votos. É importante observar que os meios de comunicação brasileiros pararam de publicar pesquisas de opinião sobre a popularidade de Temer e sobre o impeachment de Dilma.

Enquanto isso, a hostilidade a esse ataque à democracia cresce tanto no Brasil, quanto no exterior. Os protestos contra Temer têm crescido e se intensificado. Mais de vinte deputados britânicos revelaram que consideram o impeachment um golpe. Mais de trinta deputados do Parlamento europeu reivindicaram o fim das negociações comerciais com o governo "interino" brasileiro por considerá-lo ilegítimo. O grupo anticorrupção Transparência Internacional anunciou que interromperia os diálogos com o novo governo até que a corrupção fosse eliminada dos novos ministérios. Em uma reportagem sobre a demissão do Ministro da Transparência nesta semana, o New York Times descreveu-a como "mais uma derrota para um governo que parece se atralhar em sucessivos escândalos poucas semanas depois de Temer substituir Dilma Rousseff."

Mas nada explica melhor a perigosa farsa que as elites brasileiras tentam impor à população do que o líder por eles escolhido ser impedido de se candidatar ao cargo que acabou de assumir, devido a uma condenação judicial. Não se trata apenas da destruição da democracia no quinto país mais populoso do mundo, tampouco da imposição de uma agenda de privatizações e ataque aos pobres para benefício da plutocracia internacional. Trata-se do fortalecimento de operadores corruptos – desrespeitando as regras democráticas – cinicamente conduzido em nome da luta contra a corrupção.